



PSD p.10

“O PS não consegue apresentar soluções sustentáveis”



PSD p.11

“Ser social-democrata é governar com coragem”

POVO LIVRE



nº 1867

18 de Março de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“TEMOS UMA ESTRATÉGIA PARA PORTUGAL”



O Presidente no encerramento do I Congresso Distrital dos Autarcas do PSD de Aveiro

Portugal e Argélia estreitam cooperação no combate ao terrorismo e na energia

Os governos português e argelino assinaram durante a IV Cimeira Portugal-Argélia, realizada dia 10, em Argel, nove acordos de cooperação na cultura, diplomacia, energia, transportes e turismo. Entre os nove documentos assinados estão também um memorando de entendimento em matéria de arquivos e um memorando de cooperação entre a agência Lusa e a agência de notícias argelina. De acordo com a declaração final desta cimeira, este último memorando substitui um protocolo estabelecido entre as partes em Novembro de 2010, em Lisboa.

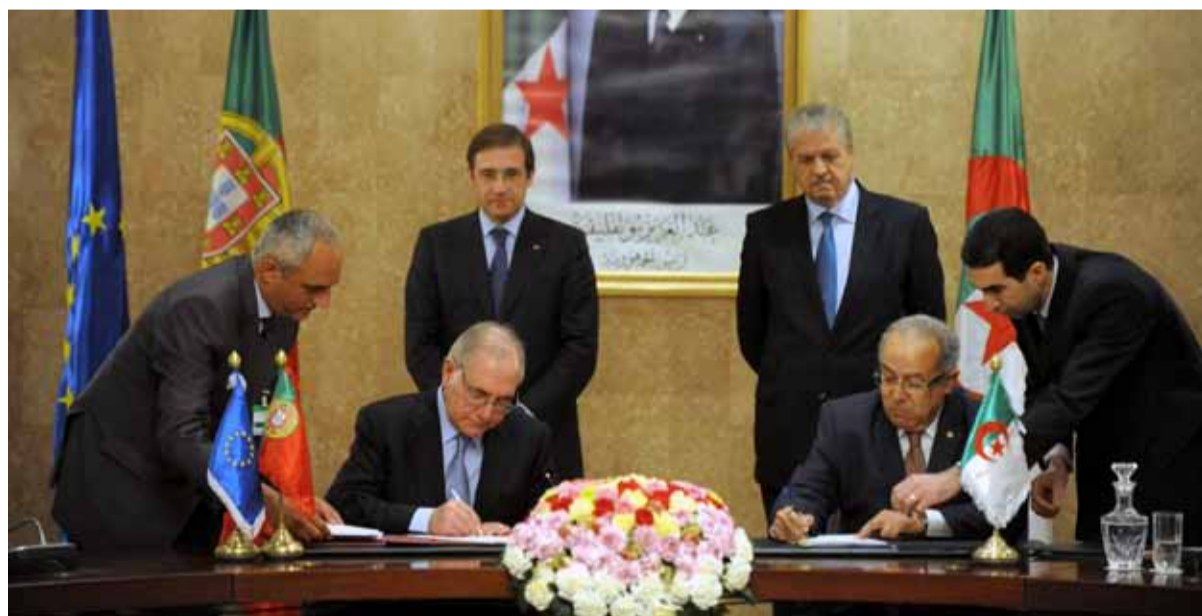
Portugal esteve representado nesta cimeira pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e pelos ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, da Economia, António Pires de Lima, e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva.

Segundo uma nota distribuída à comunicação social, os executivos de Portugal e da Argélia assinaram um protocolo de cooperação sobre combate à fraude e protecção dos consumidores, um memorando sobre transportes, um programa de cooperação em matéria de formação turística, mais dois memorandos de entendimento sobre energia e ordenamento do território.

No âmbito da política externa, foram assinados um programa de trocas culturais para o período 2015-2017 e um protocolo de cooperação entre as instituições diplomáticas dos dois países.

Esta é a primeira visita que Pedro Passos Coelho faz a um país do Magrebe desde que é primeiro-ministro. As três anteriores cimeiras luso-argelinas realizaram-se no tempo dos governos socialistas chefiados por José Sócrates, em 2007, 2008 e 2010.

O Primeiro-Ministro português aproveitou para defender o reforço da cooperação e das ligações energéticas entre a União Europeia e a Argélia como forma de diversificar o abastecimento, diminuindo custos e a dependência do gás russo. Segundo Pedro Passos Co-



elho, isso pode ser feito através da Península Ibérica e de outros países do Sul da Europa, e também por via do desenvolvimento das fontes de energia renováveis. O chefe do Executivo assumiu esta posição em conferência de imprensa conjunta com o seu homólogo argelino, Abdelmalek Sellal. Passos Coelho começou por apontar a energia como uma prioridade da “cooperação bilateral” entre Portugal e a Argélia, e distinguiu “o plano bilateral” do “plano entre a União Europeia e os países do Magrebe”.

“De facto, a União Europeia apresenta debilidades estruturais em matéria energética como resultado de uma dependência quase absoluta do gás russo de muitos dos seus países. A Argélia é já um fornecedor

muito importante de hidrocarbonetos à União Europeia e acreditamos que pode intensificar a cooperação bilateral nesta matéria, tendo em vista a diversificação de fontes de abastecimento energético à União Europeia”, sublinhou o Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro acrescentou que Portugal pretende “aprofundar a cooperação” com a Argélia “sobretudo ao nível das fontes energéticas renováveis”, considerando que “os dois países têm um elevadíssimo potencial, nomeadamente na energia solar, que pode ser aproveitado fazendo uso da capacidade tecnológica que Portugal foi adquirindo ao longo dos últimos anos”.

“Também neste caso, a União Europeia, que é um grande importador líquido de energia, poderia beneficiar, em termos de segurança, mas também de preço e

de sustentabilidade ambiental, de mais interconexões com países com grande potencial para a produção de energia com base em fontes limpas, como é o caso da Argélia”.

O Primeiro-Ministro referiu depois que os governos português, espanhol e francês e a Comissão Europeia acordaram “concluir até 2020 um conjunto de investimentos muito importantes que garantirão justamente um nível de interconexão eléctrica” entre a Península Ibérica e o resto da Europa. O acordo permitirá que haja, “quer ao nível da Península Ibérica, quer no Norte de África, ou mesmo na Argélia, futuramente projectos exportadores de electricidade para a Europa, e isso é extremamente importante”.

Em seguida, o chefe do Governo falou do “gasoduto que ligará a União Europeia à Península Ibérica, a Espanha e a Portugal”, salientando que o Porto de Sines e sete portos espanhóis “estão capacitados para produzir a liquefacção de gás natural”. No seu entender, “ligações que venham a ser realizadas no futuro, quer entre a Península Ibérica e o Norte de África, quer entre o Norte de África e, por exemplo, a Itália ou a Sardenha, são projectos de uma importância enorme” para a União Europeia, “para assegurar uma maior diversificação e, portanto, uma maior capacidade de negociação”, mas também “uma maior segurança nesse abastecimento”. Passos Coelho sublinhou “o facto de a Argélia ser um dos países que mais reservas tem de gás de xisto”, considerando que há “muitas possibilidades de desenvolvimento futuro no aproveitamento desses recursos”.

O Primeiro-Ministro português ressaltou que não está a ter em conta apenas “as possibilidades de Espanha e Portugal”. “Estamos a olhar aqui também para todas as possibilidades dos países europeus de poderem beneficiar de uma segurança maior no abastecimento de gás natural à Europa, por um lado, mas

também de uma maior competição pelos preços, que deverão reflectir-se nas nossas economias com custos mais competitivos”.

Argélia e Portugal defendem Estado palestiniano e autodeterminação do Saara Ocidental

Os governos da Argélia e de Portugal defenderam também, numa declaração conjunta, a criação de um Estado palestiniano independente, dentro das fronteiras de 1967, e a autodeterminação do povo do Saara Ocidental. Esta declaração comum foi assinada na IV Cimeira Portugal-Argélia.

No documento, “as duas partes reafirmam o seu apoio aos esforços do secretário-geral das Nações Unidas, senhor Ban Ki-Moon, e do seu enviado pessoal para o Saara Ocidental, senhor Christopher Ross, no sentido de encontrar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável, que permita a autodeterminação do povo do Saara Ocidental, no quadro das resoluções pertinentes das Nações Unidas”.

Esta é uma matéria que divide Marrocos e a Argélia, que rejeita a administração marroquina do Saara Ocidental e apoia o movimento separatista Frente Polisário.

Ainda no plano da política externa, os governos da Argélia e de Portugal “reafirmam a urgência de encontrar uma solução justa, duradoura e global para o conflito do Médio Oriente, para o estabelecimento de um Estado palestiniano independente, dentro das fronteiras de 1967, no quadro de uma solução de dois Estados, em conformidade com a legalidade internacional, com a Iniciativa Árabe de Paz e com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

Relativamente a este ponto, “a parte argelina felicitou-se pela adopção, a 12 de Dezembro de 2014, pelo parlamento português, de uma resolução que recomenda ao Governo reconhecer o Estado palestiniano como Estado independente e soberano, em conformidade com os princípios do direito internacional”.

Portugal esteve representado nesta cimeira pelo Primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e pelos ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva e da Economia, António Pires de Lima.

Maior cooperação entre serviços de informações dos dois países

O primeiro-ministro português postulou uma maior cooperação entre os serviços de informações de Portugal e da Argélia no âmbito do combate ao terrorismo, considerando que a União Europeia tem a aprender com a experiência argelina nesta matéria. “Estamos de acordo, em primeiro lugar, que precisamos de conseguir ao nível dos serviços de informação ou de inteligência uma maior cooperação que nos traga vantagens mútuas”.

Passos Coelho entende que “a Argélia tem sido muito bem-sucedida no que respeita a todas as acções que visam combater o extremismo ou a radicalização”, acrescentando: “Uma vez que esses fenómenos estão a bater à nossa porta com mais intensidade do que se supunha há alguns anos, poderemos ter muito que aprender em conjunto com a experiência argelina a benefício de países mais expostos no Sul da Europa à entrada de extremistas”.

O Primeiro-Ministro referiu que nesta cimeira luso-argelina foi analisada “com detalhe” a situação da Líbia, que no seu entender “tem vindo a agravar-se” e “corre o risco de gerar uma crise humanitária”. Passos Coelho afirmou que os governos português e argelino defendem “uma solução inclusiva”, assente “sobretudo na via do diálogo”, que “garanta a transição política e a estabilização da situação naquele país”, que apontou como “fundamental para a segurança de toda a região mediterrânica”. “Parece-me que é a única via que assegura dois objectivos fundamentais: garantir a integridade do território líbio e, em segundo lugar, criar um espírito de união nacional que permita um Governo



de coesão nacional. Levo desta troca de impressões com o meu colega argelino muita informação que creio será muito útil partilhar ao nível do Conselho Europeu, que terá lugar na próxima semana em Bruxelas. (...) Parece-me que a Argélia tem ainda um papel importante a desempenhar na consolidação e no sucesso desse diálogo inclusivo. E a União Europeia, como outras instituições internacionais, não deverá prescindir de utilizar mais

a experiência e o conhecimento no terreno que países como a Argélia têm e que podem ser muito importantes para o sucesso desse diálogo”.

Esta é a primeira visita que Pedro Passos Coelho faz a um país do Magrebe desde que é Primeiro-Ministro. As três anteriores cimeiras luso-argelinas realizaram-se no tempo dos governos socialistas em 2007, 2008 e 2010.

Debate quinzenal

Emprego “tem vindo consistentemente a aumentar”



“Conseguimos na zona euro ser o terceiro país com uma queda mais pronunciada da taxa de desemprego, quando comparamos com o início da crise, em 2011, então podemos concluir que cerca de menos 230 mil desempregados existem hoje face a 2011”, afirmou o chefe do executivo, no debate quinzenal de 11 de Março.

O Primeiro-Ministro recordou o recuo registado na taxa de desemprego em Janeiro - que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, ficou nos 13,3 por cento, menos 0,3 pontos percentuais do que em Dezembro de 2014 e menos 1,7 pontos face ao período homólogo. Apesar de se congratular com os números, Pedro Passos Coelho reconheceu que “o desequilíbrio continua a ser elevado”, sobretudo quando se olha para os números do desemprego de longa duração e o desemprego jovem. Mas é, segundo Passos Coelho, importante reconhecer a descida consistente verificada desde início de 2013 da taxa de desemprego, assim como o número de empregos criados no país “tem vindo consistentemente a aumentar” constituindo “seguramente um motivo de esperança”.

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro deu ainda nota do convénio que Portugal estabeleceu com Espanha e com França e que irá garantir, com o envolvimento da Comissão Europeia, que as interconexões necessárias quer ao nível da electricidade, quer ao nível do gás entre a Península Ibérica e a Europa se vão concretizar, nos termos em que já tinha sido acordado em Conselho Europeu, até 2020. Destacou igualmente os concursos que irão ser concluídos até final do mês no âmbito do

Portugal 2020, sublinhando que, neste momento, Portugal está a ser um dos países que lidera a execução do novo quadro de apoio.

Na intervenção inicial, Passos Coelho lembrou que, com “muita transparência e humildade”, já reconheceu as suas “falhas” em pagamentos à Segurança Social - dívidas entretanto saldadas - e garantiu não ter problemas em aceitar o “escrutínio especial” a que está sujeito quem exerce cargos públicos. “Quero dizer com muita transparência e com muita humildade também que aceitei como aceite o escrutínio sobre as condições do exercício de mandatos, na medida em que quem exerce cargos públicos sempre deve estar disponível para esclarecer alguma coisa importante que possa ter influência na sua credibilidade política ou nas condições de exercício do seu mandato”, disse, garantindo que prestou os esclarecimentos pedidos “sem qualquer receio”, nomeadamente respondendo a todas as questões colocadas pelos deputados. (...) Com humildade devemos reconhecer as nossas falhas e com humildade também nos devemos sujeitar a um escrutínio especial”, repetiu, já depois de ter dito que lamenta “profundamente” não ter tido consciência das suas obrigações contributivas em devido tempo.

O presidente do PSD reiterou ainda que a dívida à Segurança Social está regularizada e justificou a razão por que não regularizou a situação em final de 2012, quando dela teve conhecimento, explicando que não quis “criar nenhum equívoco” quanto à possibilidade de lhe ser assacado benefício que de facto não é mais do

que um direito para a constituição de direitos futuros”.

Não são necessárias mais medidas para cumprir défice

“Quero aqui reafirmar o que a ministra das Finanças afirmou perante os seus parceiros europeus de que Portugal está convicto que atingirá as metas a que se comprometeu em termos orçamentais e que, portanto, em 2015 estaremos em condições de sair do procedimento de défice excessivo na medida em que teremos um défice inferior a 3 por cento”, declarou Pedro Passos Coelho, na abertura de um debate preparatório do conselho europeu na Assembleia da República.





Recuperando as declarações da ministra das Finanças, quando Maria Luís Albuquerque reafirmou que acredita que não serão necessárias medidas adicionais este ano para cumprir o objectivo do défice orçamental, apesar das dúvidas do Eurogrupo, Passos Coelho admitiu que uma das tarefas de Portugal no conselho europeu da próxima semana será “convencer” os parceiros europeus que o orçamento será concretizado “dentro dos limites que estavam previstos”.

Contudo, notou, ainda relativamente a esta questão é importante ter presente que a comissão europeia apesar de fazer uma previsão do défice superior - apontando para um valor de 3,2 por cento - admite que outro resultado possa ser atingido. “Portanto, os 3,2 por cento não obrigam Portugal à aprovação de medidas de contingência ou de emergência que garantam que essa meta será respeitada. Há aqui uma margem de respeito da própria comissão europeia do compromisso que Portugal assumiu que sairá desse défice excessivo e de que a projecção que faz não é incompatível com aquilo que são as perspectivas do Governo português”, sustentou.

Passos Coelho frisou que, apesar dos desequilíbrios existentes serem “elevados”, a convicção do Governo é que Portugal está em condições de poder apresentar uma estratégia, quer no programa nacional de reformas, quer no programa de estabilidade, que “é compatível com as correcções” dos desequilíbrios macroeconómicos herdados do passado.

“A comissão admite que novas medidas possam vir a ser necessárias se os pressupostos do Governo não se vierem a verificar e nós já dissemos que estamos convictos de que - e não temos nenhum elemento que evidencie o contrário - de que não necessitaremos de novas medidas para que os resultados possam ser alcançados”, sublinhou.

Passos Coelho fez ainda referência ao facto do Go-

verno já ter informado os partidos e os parceiros sociais que aguarda contributos para a revisão do programa nacional de reformas e para o programa de estabilidade.

Criação de exército europeu “está longe”, mas UE não deve “repousar na NATO e nos EUA”



O Primeiro-Ministro considerou que a formação de um exército europeu, defendida pelo presidente da Comissão Europeia, “está muito longe”, defendendo no entanto que a Europa não deve “repousar excessivamente” na NATO e nos EUA em caso de necessidade.

“Nós sempre estivemos em acordo com um reforço do pilar de defesa dentro da União Europeia (UE), porque é importante para assegurar a sua segurança e defesa, mas estamos muito longe de ter qualquer exército europeu”, afirmou Pedro Passos Coelho.

No entanto, o chefe de Governo disse esperar que “a UE não repouse excessivamente na ideia de que temos uma participação dos países da NATO e que isso é suficiente para os americanos defenderem a Europa se for necessário”.

Para Passos Coelho, a UE “tem a obrigação” de se defender das ameaças externas, recusando que esse dever seja “repousado nos Estados Unidos”.

No dia 8, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, disse ser a favor da criação de um exército europeu, considerando que isso contribuiria para desenhar uma política externa e de segurança comuns perante países como a Rússia.

No encerramento do debate, Passos Coelho respondeu às críticas da oposição, que considerou que a decisão de Bruxelas ao colocar Portugal sob vigilância apertada e que a pressão do Eurogrupo para medidas adicionais de controlo do défice são resultado da linha de “submissão” do Governo.

“Nós conseguimos fechar o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, mas isso não significa que tivéssemos resolvido todos os problemas que o país tem. Não se podem negar os problemas que temos”, apontou.

O Presidente do PSD durante o I Congresso Distrital dos Autarcas do PSD de Aveiro

“Temos uma estratégia para Portugal”



O líder do PSD, Pedro Passos Coelho, desafiou hoje o PS a explicar como pretende criar novas prestações sociais sem aumentar a despesa pública. “Ai do governo que pense ganhar o país a prometer o que só depende dos outros. Convido todos os que querem disputar responsabilidades para futuro a dizerem o que podem trazer por si próprios, que não seja pela via europeia. Que digam como é que criam novas prestações sem aumentar despesa e sem com isso aumentar défice e as necessidades de financiamento da economia”, desafiou.

Passos Coelho falava enquanto presidente da Comissão Política Nacional do PSD no encerramento do I Congresso Distrital dos Autarcas do PSD de Aveiro, onde se referiu às próximas eleições legislativas afirmando que o julgamento eleitoral será feito sobre o passado, “de que o Governo nada tem que o envergonhe”, mas sobretudo a perspectiva de futuro.

“A nossa principal tarefa é dizer aos portugueses que se conseguimos suportar os custos da mudança, não é hora de voltar às mesmas discussões e problemas”, disse.

Passos Coelho justificou que o Governo “fez o que se exigia, fechando um ciclo de emergência nacional e o memorando da troika, restituindo ao país a capacidade para escolher” o futuro. “Não temos nada que nos envergonhe no passado”, reforçou, salientando que, apesar das dificuldades, o Governo foi ainda capaz de “lançar as sementes para o futuro” com reformas na Defesa e na Justiça ou na Administração Interna, mas também nas áreas económicas e sociais.

O líder do PSD declarou que “os portugueses sabem que não foi o calculismo eleitoral que nos conduziu até hoje e não é o tacticismo eleitoral que nos comandará no futuro”. E recordou que o BCE não vai intervir como tem feito eternamente. “Um dia isso acabará e - no dia em que acabar - ou nós fizemos as nossas reformas, ou



preparámos a nossa economia, tirando partido da possibilidade que nos dão hoje de substituir alguma da dívida antiga que temos por outra a custos mais baixos. Não fomos nós quem a contraiu - mas sabemos que temos no país uma dívida acumulada muito grande”.

Perante uma plateia de autarcas, Passos Coelho disse não desistir do processo de descentralização porque os municípios estão preparados 40 anos depois de instituído

o poder local democrático para assumir novas responsabilidades. “Sem a descentralização o país não avançará” disse, garantindo que o objectivo é tornar mais eficiente a administração pública e não levar a despedimentos do Estado central, apenas permitir que os funcionários públicos “façam coisas diferentes”. Afinal, “não é possível criar um país próspero e moderno suficientemente flexível e ágil nas resposta que precisamos de encontrar - seja



ao nível das políticas sociais seja mesmo ao nível de algumas política económicas – se não conseguirmos que os executivos municipais e restantes órgãos autárquicos ganhem relevo e novos instrumentos para poder actuar”.

“Temos de ter uma atitude activa. Andar à frente à procura de soluções, mesmo que não sejam transversais. Podem ser pequenas soluções mas que funcionem. Através do microcrédito, do auto-emprego, do trabalho das instituições de solidariedade social e das autarquias – que conhecem melhor estes grupos. Temos de encontrar soluções de modo a renovar a esperança destas pessoas que hoje têm 45, 50, 55 anos e que sabem que se tiverem de fazer as formações tradicionais - como todos os outros – chegarão ao fim e ainda assim não conseguirão agarrar uma oportunidade efectiva de voltar ao mercado de trabalho”, insistiu.

A conclusão a que devemos chegar, de acordo com o presidente, é clara: “Fechar o ciclo da emergência nacional. Fechar o memorando de entendimento sem negociar mais nenhum outro apoio de natureza financeira externa. Restituir ao país a sua liberdade de escolha. E ao mesmo tempo, a capacidade do povo português livremente escolher o seu futuro. É poder dizer aos portugueses que se conseguimos, até hoje, concretizar uma mudança de que o precisava. (...) Agora não é hora de pôr tudo em causa, é hora de andar para a frente, acrescentar futuro, avançar o nosso país e de não voltar sempre às mesmas discussões e aos mesmos problemas. (...) O país merece ser tratado com inteligência. Quem respeita os portugueses tem de os tratar com inteligência. E, portanto, tem de reconhecer que de cada vez que um programa é apresentado ele não pode traduzir apenas uma vontade piedosa de resolver problemas. Os portugueses hoje sabem como é que nós resolvemos os problemas que hoje tivemos. E sabem que nós temos uma estratégia para o futuro do país. Que não precisamos de andar a inventar nenhuma. Sabemos o que queremos quando nos apresentámos às eleições em 2011. Dissemos que tínhamos um programa para oito anos. Iremos agora actualizá-lo mas os portugueses sabem para onde nos dirigimos e qual é a estratégia que temos para Portugal. Enquanto nos mantivermos nessa firmeza e determinação, apostar em andar para a frente, eu tenho a certeza de que jogaremos limpo e com inteligência com os portugueses”.

“Agenda da criança” nas próximas semanas

De manhã, o Primeiro-Ministro assegurou, para as próximas semanas, a “agenda da criança”, na qual serão revistos os mecanismos de adopção, para as famílias não esbarrarem “sucessivamente em dificuldade artificiais, burocráticas e muitas vezes em excessos legalistas”. Pedro Passos Coelho disse esperar que “o Governo esteja em condições, nas próximas semanas, de dar conta de





todo o trabalho desta agenda da criança que está praticamente concluído”.

Desta agenda da criança, além da revisão significativa dos meios e dos modos de funcionamento das comissões de protecção de menores, faz parte “rever os mecanismos de adopção que devem permitir que crianças que têm condições para ser adoptadas e famílias que têm condições para as acolher, não esbarrem sucessivamente em dificuldade artificiais, burocráticas e muitas vezes em excessos legalistas”.

Estes obstáculos actualmente “impedem que, em tempo útil, essas crianças possam ter o acolhimento devido e possam ter o carinho e amor que merecem nas famílias que estão disponíveis para as acolher”. “Nós, enquanto poderes públicos, temos a responsabilidade de não entregar essas crianças de qualquer maneira à guarda de quem quer que seja, mas também não podemos permanecer, anos e anos a fio, em nome dessa preocupação de cuidar bem desse processo, de fazer que as crianças acabem por nunca ter uma família que os possa acolher quando temos muitas pessoas em Portugal que, não podendo ter filhos, desejam ter crianças na sua família e outras ainda que, mesmo tendo filhos, estão disponíveis para acolher filhos adoptados”, considerou.

Além disso, o Primeiro-Ministro afirmou que o Governo está firme em permitir o acesso ao registo de condenados por crimes sexuais contra menores não apenas às instituições do Estado, mas também aos pais ou quem tenha a tutela das crianças. “Estamos dispostos a ouvir outras propostas mas estamos muito firmes perante a gravidade destes crimes a permitir não apenas que o Estado possa desempenhar um papel mais eficaz a proteger as crianças (...), mas achamos também que os pais, as famílias, quem tem a tutela parental, em circunstâncias muito especiais, deve também poder usar alguma informação que o Estado tenha para poder evitar que crimes desta natureza ocorram”, defendeu.

O Primeiro-Ministro garante que o Governo “foi muito cauteloso e muito cuidadoso” na maneira como abriria a possibilidade de pais ou quem tem a tutela parental poder obter esta informação, admitindo não existir “soluções perfeitas” e portanto deixando que “o debate se possa realizar e que no Parlamento se encontre a melhor resposta”. “É uma informação que apenas deve estar destinada aos magistrados, às polícias, às comissões de



protecção de menores ou quem tem a tutela parental deve também poder ter, em certas circunstâncias, muito especiais, de certo modo, acesso a alguma informação que possa ajudá-los a defender as suas crianças”, questionou.

De acordo com Passos Coelho, a resposta do Governo foi que “era indispensável dar também aos pais alguma forma de eles poderem ajudar a defender as suas crianças deste tipo de crimes”. Este é um “problema reiterado” que não se conseguiu resolver no passado e, “dentro dos limites na tutela de direito”, é preciso encontrar respostas que tenham acolhimento no texto constitucional.

O Primeiro-Ministro esteve na inauguração da Creche de Santa Luzia, da Santa Casa da Misericórdia da Maia e no 15.º aniversário da Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde (ADICE), em Valongo.

Passos Coelho no jantar de comemoração do Dia Internacional da Mulher

Portugal é hoje um país mais confiante

O país está mais confiante e otimista, mas é preciso “preservar o rigor para o futuro, mantendo os pés bem assentes na terra”. Pedro Passos Coelho discursava durante um jantar de comemoração do Dia Internacional da Mulher, em Cucujães, Oliveira de Azeméis, no distrito de Aveiro, no passado sábado. “Se hoje olhamos para Portugal e é até possível olhar para as próximas eleições com outra esperança, quando até os nossos adversários olham para o futuro com mais esperança, é porque de certeza o país é hoje um país mais livre, mais confiante e mais otimista no futuro do que aquele que nos legaram em 2011. Mas precisamos de alargar ainda mais essa perspectiva”, salientou o líder do PSD.

O tempo é agora de “aproveitar bem os nossos recursos” e “sobretudo de não malbaratar todo o capital de confiança e de segurança que fomos acumulando enquanto país ao longo destes anos”. Porque, disse Passos Coelho, “não podemos estragar o que tanto trabalho nos deu a alcançar”, nem “queremos olhar para o futuro de uma forma imprevidente, de uma maneira que pudesse colocar em causa os sacrifícios que fizemos e os equilíbrios que tanto nos custou alcançar”.

O presidente do partido realçou ainda a necessidade de aproveitar bem as condições que vão surgir, criticando a forma como o país desperdiçou os seus recursos no passado. “Nos últimos anos gastámos muito dinheiro em Portugal sem qualquer retorno. Se tivéssemos de fazer uma avaliação do que representou o investimento em Portugal, a despesa suportada por financiamento público e financiamento europeu, chegaríamos à conclusão que o resultado é não só frustrante como capaz de gerar indignação”, apontou.

O líder social-democrata referiu-se também às circunstâncias da vida social, defendendo que quem tem preocupação social em Portugal é quem defende o investimento, o crescimento da economia, o rigor das contas públicas e o equilíbrio das finanças. “Quem tem preocupação social não é quem proclama essa preocupação. É quem assegura que essa realização social tenha financiamento do lado do Estado, criação de riqueza por parte das empresas e financiamento assegurado por parte da economia”, acrescentou.

Passos Coelho aposta no caminho do rigor, da correção dos desequilíbrios e do investimento em inovação. “Nós temos de olhar também para o futuro reforçando a nossa capacidade de investimento, tornado as nossas empresas mais inovadoras, em que o conhecimento possa acrescentar mais valor aos nossos serviços, aos nossos produtos, seja naqueles em que fazemos para o nosso mercado interno, seja aqueles que produzimos para o nosso mercado externo, a pensar nas exportações e no mercado global”.

No passado, cometeram-se erros, que hoje ainda sentimos os seus efeitos. “De cada vez que se gastou mal o dinheiro que tínhamos à disposição para recuperar o nosso parque escolar, ficaram muitas escolas por recuperar que ainda hoje precisam de investimento e que poderiam ter tido esse investimento se outro mal aplicado não tivesse sido utilizado no passado. Muitas sociedades locais, muitos parques empresariais teriam hoje melhores acessibilidades às grandes infra-estruturas rodoviárias e estariam, portanto, mais próximas dos mercados relevantes se em vez de termos malbaratado tanto desse dinheiro em grandes infra-estruturas tivéssemos aproveitado para fazer esses investimentos, para drenar aquele que é o produto das empresas”.

A propósito do Dia Internacional da Mulher, Pedro Passos Coelho convidou em especial as mulheres a darem um contributo sério para lidar com os desafios que se irão deparar. “Esta é a luta importante que ainda temos pela frente. E que temos de levar por diante se queremos não olhar pra trás e repetir os erros do passado, mas garantir que o nosso presente e o nosso futuro estejam mais em linha com aquilo que foram os nossos sonhos. Obrigado às mulheres de Oliveira de Azeméis e aos ho-



mens de Oliveira de Azeméis que com elas têm feito a mudança; e a todas as mulheres e homens de Portugal que não perderam a esperança e que não se renderam às desgraças do passado e que estão disponíveis para construir um futuro melhor”.

O jantar de comemoração do Dia Internacional da Mulher contou com a presença de cerca de 900 mulheres. Helga Correia é a presidente das Mulheres Sociais-Democratas de Oliveira de Azeméis.

Marco António Costa na iniciativa da JSD "Formar +" na Maia

"O PS não consegue apresentar soluções sustentáveis"

O porta-voz do PSD, Marco António Costa, considera que o discurso do líder PS nas Jornadas Parlamentares, que encerraram sábado, no Porto, demonstra "desespero", porque "a actual liderança não consegue afirmar-se", assim como "não consegue apresentar uma proposta concreta". "Esta questão da nomeação do governador do Banco de Portugal é uma questão que não é prioritária para o país, os portugueses estão preocupados com o emprego, com as questões de saúde e do desenvolvimento económico", disse Marco António Costa, numa declaração aos jornalistas, no final do programa de formação política da JSD "Formar +", que decorreu na Maia, dia 15.

Para o coordenador do PSD, as propostas apresentadas pelo secretário-geral do PS nas Jornadas Parlamentares surgem como "um fait-divers", ou seja, "como uma tentativa de desviar as atenções, porque o PS não tem propostas, não tem soluções, não consegue apresentar soluções sustentáveis". "Já é a segunda vez que adia a data de apresentação de um suposto programa eleitoral, agora para 6 de Junho. Aguardaremos serenamente que esse programa eleitoral possa aparecer porque estamos todos muito ansiosos para saber o que o PS pensa sobre o futuro do país", acrescentou.

Relativamente à proposta de nomeação do governador do Banco de Portugal pelo Presidente da República, Marco António considerou que "o que o PS está a propor é uma revisão constitucional, para poder incluir essa competência ao presidente da República". "O PSD está disponível para estudar com o PS qualquer proposta de revisão constitucional, não nos parece, contudo, adequado iniciar esse processo a poucos meses das eleições".

Nas Jornadas Parlamentares, o secretário-geral do PSD defendeu também a necessidade de se proceder à fiscalização política do actual Governo e de se fazer um balanço sobre o trabalho da CRESAP (Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública). O PS vai exigir um balanço das nomeações até agora feitas para cargos de direcção superior da administração pública, alegando que, apesar dos concursos, os nomeados são sempre do PSD ou CDS. Sobre esta questão, Marco António considerou que "o que está em causa é que o PS gosta mais do sistema em que as pessoas são escolhidas dentro da sede do largo do Rato, em que não há três nomes, nem verificação de currículos, há só exclusivamente a escolha com critérios pessoais e partidários".

"É fundamental que se faça essa avaliação, mas o PS continua em volta de lugares, é o lugar do governador do Banco de Portugal é o lugar da Administração Pública. Quando é que o PS começa a dizer aos portugueses o que quer para o país?", questionou.

O PS "vive obcecado com as nomeações e lugares, se um dia for governo terá a oportunidade de fazer aquilo



que diz em baixa voz em todo o lado, que é repor o sistema da nomeação política e da confiança política e de nomeação partidárias. Mas até esse dia, que julgo ainda demorará alguns anos, o PS tem de apresentar propostas relativamente a situação económica e social do país e tem de deixar de andar obcecado com essas pequeninas coisas".

"Acreditamos numa nova maioria absoluta na Madeira"

Marco António Costa afirmou igualmente acreditar que "o sentimento de unidade" que se vive no PSD-Madeira é "uma base sólida para acreditar numa nova maioria absoluta" nas eleições regionais do dia 29 de Março. "Miguel Albuquerque trouxe ao PSD e à Madeira um novo projecto político, com mudança, mas com res-

peito pelo passado e também numa atitude de coesão. Tive oportunidade de assistir ao congresso do PSD Madeira e quero-vos dizer que saí impressionado com a forma cordial, amiga e, acima de tudo, unida como o partido se apresentou nesse congresso. Foi verdadeiramente esmagador esse sentimento de unidade", afirmou.

"Eu julgo que isso [sentimento de unidade] é uma base muito sólida para termos a real expectativa de que possamos vir a ter uma nova maioria na Madeira", frisou.

Para o vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, "o partido não só se renovou como soube respeitar historicamente todas as fases do seu passado e apresenta-se hoje com um projecto novo".

"Miguel Albuquerque é um gestor experiente, uma pessoa que tem uma vida pública que fala por si, é um homem ambicioso, mas, acima de tudo, é um trabalhador incansável. Temos muita confiança que, no dia 29, não só tenhamos uma vitória, mas uma vitória muito expressiva e, como desejamos, uma maioria absoluta", sublinhou.

José Matos Rosa na abertura do I Congresso Distrital dos Autarcas de Aveiro

“Ser social-democrata é governar com coragem”



José Matos Rosa deslocou-se no sábado, 14 de Março de 2015, a Aveiro e abriu a sessão dos trabalhos do I Congresso Distrital dos Autarcas do Distrito. O secretário-geral do PSD iniciou a sua intervenção por afirmar que “os autarcas do PSD foram, são e continuarão a ser a mais bela e genuína essência da social-democracia. São mulheres e homens que vivem dentro da realidade concreta dos portugueses e que acreditam que os sacrifícios de hoje serão a recompensa de amanhã”. Referindo-se à importância desta iniciativa, José Matos Rosa espera que “este Congresso dê o seu contributo na discussão de outras soluções no domínio da competitividade e da criação de emprego que podem ser implementadas pelas autarquias locais”.

Numa referência ao encerramento das comemorações dos 40 Anos da Democracia em Portugal e da



fundação do Partido Social Democrata, o secretário-geral anunciou que a Aula Magna, em Lisboa, será o local escolhido para acolher este momento tão significativo e simbólico na vida do PSD. “No próximo dia 6 de Maio, na Aula Magna, em Lisboa, iremos encerrar as comemorações dos 40 anos da conquista da democracia em Portugal e da fundação do PSD”.

José Matos Rosa aproveitou também a ocasião para reforçar a génese de se ser social-democrata na situação actual do país. Porque ser social-democrata “é governar com coragem”. “Somos social-democratas porque

aumentámos as pensões mais baixas e pedimos um esforço maior aos que mais ganhavam (...) É isto a social-democracia: governar com coragem, mas protegendo sempre os sectores da sociedade mais desfavorecidos”, expressou.

A terminar, deixou uma mensagem de esperança a todos os autarcas presentes. “É preciso energia, coragem para continuar a defender os interesses de Portugal, os interesses dos portugueses. Continuem a acreditar e que transmitam a vossa esperança no nosso futuro colectivo”.

Garantir o sucesso do “Portugal 2020”

“Para que o ‘Portugal 2020’ tenha o sucesso que desejamos é fundamental o esforço de todos, e que sejamos fiéis à exigência que estabelecemos logo ao nível da programação”, afirmou o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, sublinhando que “esta exigência é o apelo à excelência de todos, porque só assim concretizaremos a oportunidade de futuro que o Portugal 2020 oferece, e que o País não pode perder”. Estas declarações foram feitas em Santa Maria da Feira, na apresentação do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (Norte 2020), perante mais de dois mil espectadores presentes na cerimónia.

Miguel Poiars Maduro afirmou ainda que “a orientação para os resultados é uma necessidade fundamental e a âncora para garantir o sucesso do Portugal 2020 na reforma do Estado, da economia e da sociedade”. “É natural que uma reforma tão profunda suscite receios, mas é fundamental que o investimento não seja a origem dos projectos e sim que sejam os projectos a justificar o financiamento”, realçou.

Sobre a região Norte especificamente, o ministro apontou-a como uma das zonas de convergência que, a par do Centro e do Alentejo, viram as verbas disponíveis reforçadas, com vista à eliminação de assimetrias de desenvolvimento.

Há “um reforço de 27 por cento dos programas operacionais comparativamente ao último quadro comunitário”, referiu. “Mais de 90% das verbas 202 estão destinadas às regiões de convergência do Norte, Centro e Alentejo, no sentido de prevenir o efeito de ‘spill over’ [efeito difusor] que no passado permitiu que verbas para essas zonas fossem desviadas para outras [mais desenvolvidas]”, explicou.

Nesse contexto, a distribuição dos apoios deixará de ter por base a sede da empresa, aplicando-se apenas à região onde a acção terá lugar. No mesmo sentido, serão favorecidos os investimentos a implementar em territórios de baixa densidade.

“Um dos aspectos que funcionou mal no passado foi a excessiva fragmentação de esforços e a descoordenação de políticas públicas existentes”, notou Poiars Maduro, acrescentando que “é necessária coordenação entre empresas para garantir escala, ter massa crítica e conseguir fazer a diferença, e [é preciso também] uma maior coordenação entre entidades públicas e privadas”.

“Todas as acções têm que estar alinhadas com uma estratégia regional e elaboradas com conhecimento do território e em proximidade”, ressaltou o ministro.

O Norte 2020 - Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional dessa região portuguesa, integrando o Acordo de Parceria Portugal 2020 e o actual ciclo de fundos estruturais da União Europeia. Com gestão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), o Norte 2020 tem reservado 3,4 mil milhões de euros para aplicação até ao final do quadro comunitário - dotação que é a mais relevante dos programas operacionais regionais do país. A este



envelope financeiro crescem programas operacionais temáticos e outros instrumentos financeiros de que a região beneficia para concretizar a visão estratégica prevista no Norte 2020.

Novo portal do cidadão acessível a todos

O Governo juntou num só os anteriores portais online do cidadão e da empresa, num investimento de 150 mil euros que pretende tornar a administração pública mais acessível a todos os cidadãos. A apresentação pública do novo portal decorreu quinta-feira, na Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa, onde o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional destacou que Portugal é líder, entre os países da União Europeia, no domínio da modernização administrativa.

No entanto, segundo Poiars Maduro, essa “liderança” na disponibilização de serviços públicos online “não tem tido uma correspondência idêntica ao nível da utilização desses serviços”. “É mais aquilo que a administração já disponibiliza do que a utilização que é feita por parte dos cidadãos”, disse o ministro, acrescentando que

as razões para esse facto se prendem com problemas ao nível da literacia digital, dificuldades com o equipamento ou com a complexidade de alguns sites.

Segundo Poiars Maduro, é objectivo do Governo continuar a alargar o leque de serviços públicos disponíveis na internet, frisando que pretende que a administração pública esteja totalmente digitalizada em 2020.

“Ao mesmo tempo temos de continuar a promover e a facilitar a utilização por parte dos cidadãos daquilo que já está digitalmente disponível dos serviços públicos”, defendeu.

Poiars Maduro aproveitou para adiantar que durante o ano passado, o portal do cidadão teve mais de 11 milhões de visitas, enquanto o portal da empresa teve mais de 16 milhões. “Os portais que agora se fundem foram o veículo de mais de 1.700 mil pedidos de certidões e mais de 300 mil pedidos de alterações de moradas”, revelou.

O novo portal online surge onze anos depois da criação do primeiro portal do cidadão e nove anos depois do aparecimento do portal da empresa. De acordo com a apresentação feita, da responsabilidade da Agência para a Modernização Administrativa, o objectivo foi tornar mais simples, rápido, acessível, intuitivo e participativo o portal de acesso aos serviços públicos.



Plano Estratégico para as Migrações prevê apoios ao regresso de emigrantes portugueses

O Conselho de Ministros aprovou o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, que identifica e articula medidas para os atuais desafios da integração, inclusão e captação de imigrantes e do regresso dos nossos emigrantes no estrangeiro. De acordo com o secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, “a descida da imigração e subida da emigração desde 2010” impõe uma necessidade de “reequilíbrio das entradas e saídas que é essencial do ponto de vista demográfico”.

Os fundos europeus vão financiar diferentes programas, “Uns para a contratação de desempregados que desejem voltar a Portugal, outros para a contratação de também emigrantes desempregados que desejem criar emprego por conta própria.” Pedro Lomba, que falava na conferência de imprensa do Conselho de Ministros, dia 12 de Março, destacou as medidas destinadas a manter a ligação entre os emigrantes e Portugal e a apoiar o regresso destes portugueses, trazendo para o país a sua experiência. Alguns destes apoios centram-se em quatro áreas: contratação de desempregados, criação de emprego próprio, estágios profissionais, e projectos de empreendedorismo.

O plano - e nomeadamente as medidas de apoio ao regresso - é sustentado pelo Portugal 2020, dando um novo impulso às políticas migratórias, ajustando as iniciativas às necessidades actuais e projectando novas acções que contribuam para a coesão social, o enriquecimento humano e material do país e o envolvimento e ligação à diáspora portuguesa.

“Outros apoios ao lançamento de projectos de empreendedorismo em Portugal, e outros ainda a quem esteja desempregado de longa duração que possa candidatar-se a bolsas de estágio”, explicou o governante. “A nossa preocupação é garantir que, no ciclo de fundos europeus, quem está lá fora seja considerado elegível”, frisou Pedro Lomba.

O secretário de Estado entende que é importante manter uma maior ligação com a diáspora portuguesa, sobretudo quando a circulação de pessoas é, cada vez mais, um traço característico da nossa época, dando-lhes “mais informação sobre as oportunidades que o país gera, para que os emigrantes possam aproveitá-las”.

O Plano Estratégico para as Migrações, integrando pela primeira vez políticas de imigração e políticas de emigração, assenta em cinco eixos políticos prioritários: integração de imigrantes; promoção da integração dos novos cidadãos; coordenação dos fluxos migratórios; reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes. Pedro Lomba afirmou ainda a necessidade de Portugal manter boas práticas de integração de estrangeiros que o distinguem e de as melhorar.



Próximo quadro comunitário afasta quem fazia dos fundos europeus “uma forma de vida”

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, revelou que o próximo quadro comunitário Portugal 2020 vai trazer dificuldades a quem “fazia dos fundos uma forma de vida”. “Quem fazia dos fundos um negócio e uma forma de vida vai ter a vida complicada”, alertou o governante na sessão de apresentação do programa operacional regional Norte 2020 a decorrer no centro de congressos do Europarque em Santa Maria da Feira.

Castro Almeida afirmou mesmo que “quem olhar para os fundos como uma forma de enriquecer vai ter mais dificuldades”, acrescentando que, por outro lado, “quem olhar como uma oportunidade para poder levar à prática projectos sérios de criação de riqueza nas mais diversas áreas, (...) vai ter a vida muito mais facilitada no Portugal 2020 do que o q tinha no QREN”.

O governante salientou que “os fundos querem ajudar e estar ao lado” dos promotores de formação para a empregabilidade, ajustada às necessidades do mercado, mas irão dar uma “vida complicada” a quem “organizava formação apenas porque tinha formandos e formadores”. “É assim que se faz a reforma da administração pública. E esta orientação para resultados é uma reforma da administração pública”, disse.

O secretário de Estado lamentou ainda que o Norte continue a ser “uma das regiões mais pobres de Portugal”, situação que se manterá, se “não houver mudanças”.

E aos presentes questionou: “É isso que querem? Eu, por mim, rejeito. Já não tenho muitos anos, mas tenho alguns para lutar e tirar esta região da situação de mais pobre de Portugal”.

“A solução é não abandonarmos a nossa matriz industrial e acrescentar valor ao produto que os trabalhadores fazem, o que é feito pela via da incorporação da tecnologia”, defendeu o governante, segundo o qual Portugal tem um “rácio elevadíssimo de investidores por habitante” mas está “na cauda da Europa em número de investigadores nas empresas”.

Desemprego em Portugal regista a maior queda da OCDE

Portugal foi, entre os 34 países da OCDE, o país onde mais caiu a taxa de desemprego em Janeiro deste ano, com um decréscimo de 0,3 pontos percentuais. Seguiram-se Espanha, Irlanda e Polónia, com uma descida de 0,2 por cento (para 23,4 por cento, 10 por cento e 8 por cento, respectivamente).

A Grécia continua a ser o país da organização com a maior taxa de desemprego (25,8 por cento em Novembro, a última disponível), seguida por Espanha (23,4 por cento em Janeiro), mas que registou o 17.º decréscimo mensal consecutivo.

No conjunto da OCDE, o nível de desemprego manteve-se estável no primeiro mês do ano em 7 por cento, enquanto na zona euro diminuiu 0,1 pontos percentuais para 11,2 por cento. A queda do desemprego na zona euro em Janeiro foi acompanhada por decréscimos de uma décima nos três maiores Estados, já que caiu para 4,7 por cento na Alemanha, 10,2 em França e 12,6 por cento em Itália.

Fora da Europa, o desemprego aumentou uma décima em Janeiro nos Estados Unidos, para 5,7 por cento, ainda que em Fevereiro esta tenha recuado para 5,5 por cento. Também houve subidas no primeiro mês do ano no Japão, duas décimas para 3,6 por cento, e na Austrália, três décimas para 6,4 por cento. Em Janeiro havia 43,1 milhões de desempregados em toda a OCDE, menos 6,5 milhões do que no “pico” de Abril de 2010, mas ainda mais 8,7 milhões do que em Julho de 2008, antes do início da crise.

Médico de família para mais 500 mil utentes

O ministro da Saúde admitiu que existe um milhão de portugueses sem médico de família, mas anunciou que os concursos que estão a decorrer deverão resultar num ganho destes profissionais para 500 mil pessoas. Paulo Macedo, que falava na Comissão Parlamentar de Saúde, afirmou que existem quatro concursos para a contratação de médicos, os quais deverão resultar em mais 500 mil utentes com médico de família até ao final do ano.

Ainda assim, o governante reconheceu que ainda existe um milhão de portugueses sem médico de família, número que ascendia aos dois milhões, segundo as contas de Paulo Macedo. Segundo o ministro, o défice de médicos de família é maior nas Administrações Regionais de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, existindo uma cobertura superior a 90 por cento nas outras três regiões.

Paulo Macedo anunciou também que nenhuma das prioridades apresentadas pelos administradores dos institutos portugueses de oncologia passou pela falta de camas. Paulo Macedo respondia a uma questão colocada pela deputada socialista Idália Serrão, na Comissão Parlamentar da Saúde, sobre uma notícia avançada pela TSF de que “todas as semanas de 2014 tiveram cirurgias adiadas no IPO do Porto por falta de camas”.

Paulo Macedo referiu que falou “pessoalmente” com os responsáveis dos IPO de Lisboa e Porto e que os secretários de Estado tinham falado com a instituição de Coimbra.

De acordo com o ministro, as prioridades que foram comunicadas por estes IPO passaram pelo aumento da radioterapia e ao nível dos blocos operatórios. As camas não foram, por nenhuma das instituições, apontadas como prioridade, disse Paulo Macedo.

No IPO de Lisboa, o Governo aprovou um investimento de 7,6 milhões de euros para a radioterapia, sete milhões para o bloco operatório e também para o aumento da área de transplante de medula.

No IPO do Porto, o investimento passou pela instalação do acelerador linear e no bloco operatório (1,5 milhões de euros) e um milhão de euros nas áreas do software e hardware.

Paulo Macedo aproveitou ainda para citar um comunicado do presidente do IPO do Porto, segundo o qual o reagendamento das cirurgias (230 em 2014) se ficou a dever a questões várias, entre as quais as greves que se realizaram no ano passado.



Governo aprova propostas de lei de estatutos de 16 ordens profissionais

O Conselho de Ministros aprovou, dia 12, propostas de lei relativas aos estatutos de 16 associações públicas profissionais, adequados ao novo regime jurídico, entre as quais as ordens dos Economistas, dos Engenheiros, dos Advogados, dos Farmacêuticos e dos Arquitectos. “São definidas regras sobre a criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais e sobre o acesso e o exercício de profissões reguladas por associações públicas profissionais, no que diz respeito, designadamente, à livre prestação de serviços, à liberdade de estabelecimento, a estágios profissionais, a sociedades de profissionais, a regimes de incompatibilidades e impedimentos e a publicidade”, indica o comunicado do Conselho de Ministros.

As regras aprovadas definem também a informação relevante sobre os profissionais e sobre as respectivas sociedades reguladas por associações públicas profissionais”, refere comunicado do Conselho de Ministros. Além dos estatutos daquelas associações profissionais públicas, também foram aprovadas as leis fundamentais das ordens dos Revisores Oficiais de Contas, dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, dos Engenheiros Técnicos, dos Arquitectos, dos Biólogos, dos Médicos Veterinários, dos Nutricionistas, dos Psicólogos, dos Médicos Dentistas, dos Despachantes Oficiais, por transformação da Câmara dos Despachantes Oficiais, e dos Contabilistas Certificados, por transformação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. A lei-quadro das associações profissionais públicas foi publicada em “Diário da República” em Janeiro de 2013, após o qual foi dado um prazo de 30 dias para as ordens e as câmaras adequarem os estatutos ao regime.



Conselho de Ministros de 12 de Março de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que procede à alteração do Código Penal, tornando mais eficaz o combate ao abuso sexual e à exploração sexual de crianças e à pornografia infantil.

Nesse sentido passa a prever-se expressamente a criminalização do aliciamento de menores para fins sexuais com recurso às tecnologias da informação e da comunicação, como por exemplo através das redes sociais na internet.

Em conjunto com estas alterações ao Código Penal, são introduzidas duas medidas para a protecção da criança e para a prevenção e minimização dos riscos da prática de infracções de natureza sexual contra crianças: a criação de um registo de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menores; e a inibição de uma pessoa condenada do exercício de actividades profissionais ou voluntárias que impliquem contactos directos e regulares com crianças.

A criação daquele registo corresponde a objectivos de política de justiça e de prevenção criminal impostos pela Convenção de Lanzarote, que prevê a recolha e armazenamento de dados relativos à identidade e ao perfil genético de pessoas condenadas pelas infracções penais nela previstas. No mesmo sentido foi também aprovada uma resolução pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Esta proposta de lei surge, assim, inserida no panorama europeu, sendo inspirada nas experiências consolidadas do Reino Unido e de França, que criaram sistemas de registo de condenados com obrigações de comunicação periódica que permitem o controlo e a monitorização de deslocações ao estrangeiro e procuram prevenir o contacto profissional destes agentes com crianças.

Ambos os sistemas foram objecto de análise pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em cinco acórdãos, tendo este decidido da sua conformidade com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, nomeadamente no respeito pelo princípio da legalidade e no respeito pela vida privada e familiar.

2. O Conselho de Ministros aprovou 16 propostas de lei relativas aos estatutos de associações públicas profissionais, as chamadas Ordens profissionais, conformando as respectivas normas estatutárias ao novo regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

São definidas regras sobre a criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais e sobre o acesso e o exercício de profissões reguladas por associações públicas profissionais, no que diz respeito, designadamente, à livre prestação de serviços, à liberdade de estabelecimento, a estágios profissionais, a sociedades de profissionais, a regimes de incompatibilidades e impedimentos, a publicidade, bem com à disponibilização generalizada de informação relevante sobre os profissionais e sobre as respectivas sociedades reguladas por associações públicas profissionais.

As 18 propostas de lei agora aprovadas respeitam às seguintes associações públicas profissionais: Ordem dos Revisores Oficiais de Contas; Ordem dos Advogados; Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução; Ordem dos Notários; Ordem dos Economistas; Ordem dos Engenheiros; Ordem dos Engenheiros Técnicos; Ordem dos Arquitectos; Ordem dos Biólogos; Ordem dos Médicos Veterinários; Ordem dos Nutricionistas; Ordem dos Psicólogos; Ordem dos Médicos Dentistas; Ordem dos Farmacêuticos; Ordem dos Despachantes Oficiais, por transformação da Câmara dos Despachantes Oficiais; e Ordem dos Contabilistas Certificados, por transformação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária.

Esta proposta tem como objectivo criar melhores condições para o desenvolvimento das actividades agrícolas e florestais de modo compatível com a sua

gestão sustentável nos domínios económico, social e ambiental, através da intervenção na configuração, dimensão, qualificação e utilização produtiva das parcelas e prédios rústicos.

Pretende-se resolver entraves ao emparcelamento, relacionados muitas vezes com situações de prédios sem uso e sem dono aparente e à necessidade de revisão da forma de criação de unidades economicamente viáveis, combatendo o fraccionamento e promovendo novas formas de utilização e de gestão.

Também no âmbito dos limites ao fraccionamento dos prédios rústicos, propõe-se uma revisão da unidade mínima de cultura e a possibilidade de impedimento dos actos jurídicos que contrariem esses limites, com o objectivo de se garantir a sustentabilidade das estruturas fundiárias.

A proposta de lei agora aprovada reconhece o papel privilegiado das autarquias locais em matéria de ordenamento e gestão do território e logo em termos de estruturação fundiária, sendo redefinidas algumas das suas atribuições e competências no âmbito dos melhoramentos fundiários.

Por último, prevê-se o estabelecimento de isenções e incentivos de carácter emolumentar e fiscal, que permitam aligeirar os encargos a suportar pelos cidadãos e pelas empresas no âmbito das medidas de estruturação fundiária.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvo-pastoris.

Estes prédios serão disponibilizados na bolsa nacional de terras, procurando-se garantir que as terras sem dono conhecido e sem utilização agrícola, florestal ou silvo-pastoril possam ser administradas pelo Estado a título de gestor de negócios.

O diploma agora aprovado salvaguarda que a gestão dessa terra se efectue segundo um processo transparente e amplamente divulgado, de forma a permitir ao titular de direito de propriedade ou de outros direitos reais ou de arrendamento atendíveis a invocação do seu direito.

A disponibilização na bolsa de terras dos prédios sem dono conhecido irá favorecer o aumento da produção nacional nestes e diminuirá os níveis de risco, nomeadamente os que estão na origem dos incêndios florestais e da propagação das doenças e pragas da floresta.

O regime assenta nos seguintes princípios fundamentais: identificação das terras com base em critérios objectivos; ampla publicitação da disponibilização na bolsa de terras; pagamento de valores recebidos pelo Estado ao proprietário ou titular de outros direitos reais ou de arrendamento atendíveis, no caso de se verificar a prova do seu direito no decurso do processo de reconhecimento; proibição da transmissão ou oneração definitivas, mesmo decorridos três anos do processo de reconhecimento, pelo prazo subsequente de 15 anos.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que altera a Lei de bases do desenvolvimento agrícola e o diploma que regula a outorga em propriedade a pequenos agricultores e cooperativistas de terras expropriadas, no domínio da reforma agrária.

Esta proposta de lei visa alargar o âmbito de aplicação do regime de reversão das terras expropriadas, no contexto da reforma agrária, para os anteriores proprietários. Pretende-se que a reversão das áreas expropriadas para os anteriores proprietários, ou respectivos herdeiros, seja possível nos casos em que as terras expropriadas estejam desocupadas sem qualquer contrato de entrega para exploração celebrado entre o Estado e terceiros.

6. O Conselho de Ministros aprovou o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), que identifica e articula os atuais desafios ao nível da integração, da inclusão, da captação e do regresso dos nossos migrantes.

O Plano Estratégico para as Migrações assenta em cinco eixos políticos prioritários: Políticas de integração

de imigrantes; Políticas de promoção da integração dos novos cidadãos; Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

O plano agora aprovado será sustentado pelo Portugal 2020, coincidindo o seu horizonte temporal com o respectivo período de execução, dando um novo impulso às políticas migratórias, ajustando as iniciativas às necessidades atuais e projectando novas acções que contribuam para a coesão social, o enriquecimento humano e material do país e o envolvimento e ligação à diáspora portuguesa.

7. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração do regime legal da concessão e emissão dos passaportes temporários, alargando o seu período de validade de seis meses para um ano.

Esta alteração visa garantir o efeito útil daquele documento, emitido para situações de excepcionalidade e urgência devidamente fundamentadas e comprovadas.

Esta medida responde, nomeadamente, à situação de inúmeros cidadãos nacionais que residem em países asiáticos, titulares de passaportes temporários, que ficam impedidos de viajar pelos países da região por não disporem de um documento de viagem com validade superior a seis meses, condição exigida pelas leis nacionais daqueles países aos cidadãos estrangeiros.

8. O Conselho de Ministros alterou a lei relativa à simplificação dos procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo a directiva da União Europeia que modificou a Lista de Produtos Relacionados com a Defesa, produtos objecto de controlo no âmbito da sua transmissão e circulação internacional.

Para além da transposição daquela directiva, é também promovido o cumprimento do disposto na Posição Comum do Conselho, que visa reforçar a cooperação, no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), e promover a convergência no domínio da exportação de tecnologia e equipamento militares.

Esta cooperação é feita no respeito pelas obrigações e pelos compromissos internacionais de Portugal, nomeadamente, das sanções adoptadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou pela União Europeia, relativamente aos acordos sobre não proliferação e assuntos conexos.

9. O Conselho de Ministros aprovou as medidas extraordinárias de protecção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro, conformando-o com as decisões de execução da Comissão Europeia.

As medidas agora aprovadas constituem um complemento às já previstas no regime fitossanitário, que cria e define as medidas de protecção destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência.

10. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do reconhecimento de interesse público do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, que passa a denominar-se Instituto Universitário de Ciências da Saúde.

Esta escola superior universitária não integrada altera a sua natureza para instituto universitário na sequência da acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior de um ciclo de estudos de doutoramento e verificada a satisfação dos restantes requisitos legais.

11. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia sobre Regras Simplificadas de Entrada, Permanência e Saída para os Membros das Tripulações de Aeronaves das Transportadoras Aéreas dos dois países.

“Governo regional é um triste caso de impreparação, irresponsabilidade e incompetência”

O PSD/Açores lamentou que as famílias e as empresas dos Açores estejam “a passar por grandes dificuldades”, enquanto o governo regional “queixa-se todos os dias da austeridade, mas vai ficar com muitos milhões de euros em impostos dos açorianos”. Numa intervenção no plenário do parlamento regional, durante um debate agendado pelo PSD/Açores sobre a situação económica regional, o deputado social-democrata açoriano, João Bruto da Costa, recordou que o executivo socialista açoriano “já podia ter baixado os impostos”, mas não o fez “porque não quer”. “Sempre que ouvirem um socialista a queixar-se da austeridade os açorianos podem ter a certeza: esse socialista ao mesmo tempo que se queixa está a meter as mãos nos bolsos das famílias e das empresas dos Açores”, disse.

João Bruto da Costa recordou, ainda, que desde que este governo socialista iniciou funções “a economia da nossa Região não parou de cair” e “as transformações estruturais de que ela necessita continuam por concretizar”. “Temos promessas e efabulações onde faltam resultados, criação de riqueza ou desenvolvimento social”, constatou.

“Com o governo socialista regional, nas nossas ilhas construímos portos novos para navios que agora não os podem utilizar. Nas nossas ilhas, o governo socialista construiu navios novos para os portos novos, mas eles navegam por aí a prestar um serviço em quase tudo igual ao que era feito pelos velhinhos cruzeiros. Os açorianos

não podem, por isso, continuar a ser enganados”, criticou.

Os açorianos não podem aceitar um governo regional que se apresenta com investimentos estagnados nos últimos anos – casos do Casino em Ponta Delgada, das Termas das Furnas ou do Carapacho, entre outros – como sendo um exemplo da excelência da sua governação e uma prova de confiança no futuro.

De acordo com o deputado do PSD/Açores, é hoje possível fazer um retrato-tipo da governação socialista açoriana: “primeiro promete-se muito. Depois gasta-se também muito em obras mal feitas e que não funcionam. Por fim, gasta-se ainda mais dinheiro a resolver os problemas da incompetência socialista com as obras que construiu mal”.

“Ou seja, o PS chama investimento ao que constrói mal e depois chama também investimento ao que gasta para corrigir o que construiu mal”, acrescentou.

João Bruto da Costa recordou ainda que “o governo socialista que temos nos Açores queixa-se da austeridade mas nunca se queixou da irresponsabilidade de José Sócrates que levou Portugal à bancarrota”. Para o PSD/Açores “a anemia do investimento, a estagnação da Economia e a crise social combatem-se com medidas concretas”.

“A anemia do investimento e a estagnação da economia combatem-se com a descida dos impostos para as famílias e com a descida dos impostos para as empresas. A estagnação da economia combate-se com



o fim do regime planificado deste socialismo que nos governa, com a asfixia permanente dos empresários e com a tentativa permanente de controlo da sociedade”.

“É hoje claro para os açorianos que este governo regional é um triste caso de impreparação de irresponsabilidade a que se soma muitas vezes a incompetência”, terminou.

Atraso nas informações com as novas tarifas aéreas

O PSD/Açores considera que o governo regional se “atrasou, de forma incompreensível”, nas informações dadas aos açorianos “sobre os encaminhamentos inter-ilhas resultantes das novas tarifas aéreas”, disse o deputado Jorge Macedo,

Para Jorge Macedo, o preço máximo de 120 euros no transporte aéreo inter-ilhas, anunciado pelo Governo Regional, “fica longe da expectativa criada com o abaixamento das passagens para o exterior. Por mais 14 euros um açoriano vai a Lisboa ou ao Porto, ou seja a decisão do Governo Regional vai retirar competitividade ao turismo interno”, afirmou.

O deputado lembrou que, com a concorrência nas “gateways” liberalizadas, “serão libertados recursos financeiros do Estado para que, a partir de qualquer ilha, os açorianos não paguem mais de 134 euros por uma ida e volta a Lisboa ou Porto, depois do reembolso do subsídio ao bilhete. Mas, mais uma vez, o governo regional está atrasado nos esclarecimentos”, disse.

Jorge Macedo realçou que “finalmente, foi possível



um modelo inteligente que promove a concorrência entre companhias aéreas e que terá como consequência a melhoria da nossa acessibilidade ao exterior e o incremento do turismo”. “A redução do preço das passagens aéreas foi sempre uma das principais reivindicações dos açorianos e dos empresários do sector do turismo. Todos os açorianos estão de parabéns, já que em nenhuma outra área de negócio se verifica uma redução no preço do produto vendido assim, de mais de 50%”, concluiu o social-democrata.

“SATA deve assegurar ligação para a Horta”

Por sua vez, o deputado Luís Garcia reiterou a posição assumida pelos órgãos locais do PSD, discordando e condenando a TAP por ter decidido deixar a rota da Horta. “Condenámos com veemência, e sem hesitação, não terem sido criadas as condições para que a TAP continuasse nesta rota, assim como lamentamos que a saída da companhia da Horta aconteça após um acordo comercial feito entre a TAP e a SATA, elaborado nas costas dos faialenses”, criticou.

Luís Garcia considera que a SATA e o Governo Regional “devem assegurar a qualidade do serviço prestado pela TAP nesta rota, e pelo menos o mesmo número de ligações directas entre Lisboa e a Horta. Pelo que foi anunciado, isso não está assegurado, pois o número de ligações e o número de lugares oferecidos vão diminuir, em comparação com o que a TAP oferecia”, referiu.

Direcção do grupo parlamentar visitou o Porto de Sines



No seguimento do conjunto de visitas que a direcção do grupo parlamentar do PSD está a realizar a todos os círculos eleitorais, num contacto directo com os eleitores, instituições e empresas, os sociais-democratas realizaram, na quinta-feira, 12 de Março, uma visita de trabalho ao Porto de Sines.

O presidente do grupo parlamentar do PSD, Luís Montenegro, acompanhado pelos vice-presidentes Pedro do Ó Ramos, António Rodrigues, Luís Leite Ramos, Amadeu Albergaria e Pedro Lynce reuniram com o presidente da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, João Franco e com o administrador Eduardo Bandeira.

Após uma visita ao Terminal XXI e à Janela Única Logística, realizou-se uma reunião de trabalho em que os deputados foram informados que o Porto de Sines é visto a nível internacional como um Porto fiável e com capacidade de resposta; tem um elevado nível de produtividade; emprega 1000 trabalhadores de forma directa e cerca de 2000 de forma indirecta; e tem registado crescimento nos últimos anos, prevendo um maior crescimento nos próximos anos, num contexto de sustentabilidade financeira.

“Roteiro agrícola” em Portalegre

Os deputados do grupo parlamentar do PSD congratulam-se com a decisão do governo em incluir as pastagens permanentes como factor a ser considerado no “greening”, essencial no apoio ao rendimento dos agricultores. Os deputados sociais-democratas estiveram em Portalegre, dia 16, para mais um “roteiro agrícola” e foi neste contexto que se reuniram com membros da associação de agricultores do distrito.

Neste encontro, os parlamentares foram confrontados com os crescentes desafios que a produção de carne de bovina enfrenta, proveniente da forte concorrência internacional e de algumas normas internas, como por exemplo o transporte dos animais.

Perante as novas regras do actual quadro comunitário de apoio, o PSD congratula-se “com a decisão do governo português em incluir as pastagens permanentes como factor a ser considerado no ‘greening’, essencial no apoio ao rendimento”, lembrou o deputado Pedro do Ó Ramos, na visita a uma exploração de bovinos e de pequenos ruminantes.

No sexto “roteiro agrícola”, os deputados do PSD Pedro do Ó Ramos, Nuno Serra e Cristóvão Crespo deslocaram-se ao distrito de Portalegre, para contactarem com a realidade agrícola de um território de baixa densidade. O roteiro incluiu, ainda, uma visita à cooperativa agrícola de Portalegre com uma forte vocação exportadora, em particular de azeite produzido a partir de variedades nacionais.



Número 587 • 27 de Novembro de 1985 • Preço 30\$00

Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Cavaco Silva categórico

A POLÍTICA ECONÓMICA DO GOVERNO CONDUZIRÁ AO AUMENTO DOS SALÁRIOS E A CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO

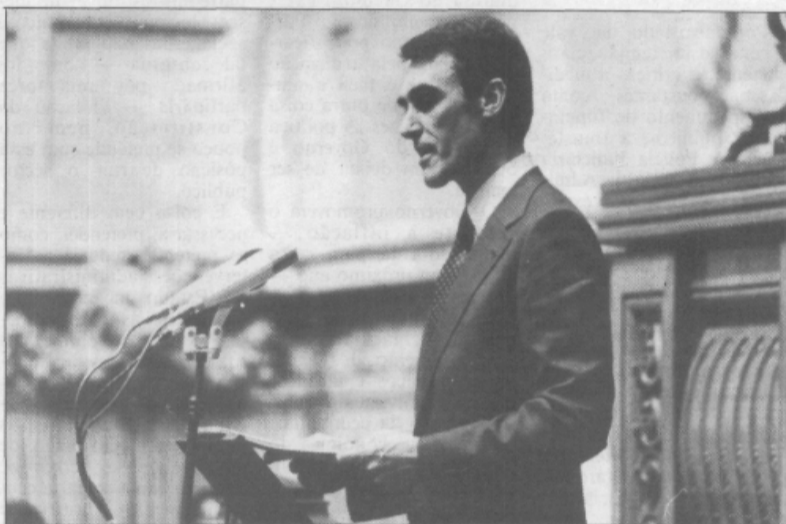
«O PS volta a laborar num erro de apreciação política. Conduziu a campanha eleitoral ignorando as realidades. Agora confunde os planos e tenta fazer da discussão do programa do Governo um instrumento do ajuste de contas que parece querer encetar com o Presidente da República que — sublinhe-se — ajudou a eleger».

A afirmação é de Cavaco Silva, primeiro-ministro, e foi proferida na AR, no passado dia 20, no discurso com que encerrou a discussão do programa do Governo.

Cavaco Silva falava sobre a moção de censura apresentada pelo PS no Parlamento, (posição idêntica à adoptada pelo PC), tendo salientado que «dizer, por um lado, que se defende a estabilidade e se irá praticar uma oposição construtiva, e, por outro lado, tentar desde já inviabilizar o Governo, é cair em contradição insanável».

O primeiro-ministro, foi mais longe e disse mesmo que não votar contra as tentativas de inviabilização do Governo «é, de algum modo, sufragar as teses frentistas do Governo de Salvação Nacional».

Mais preocupado com a situação do país e do povo português, o chefe do Governo disse que o que deve ser rejeitado, «e o Governo rejeita, é que se guarde para amanhã aquilo que tem de ser feito hoje, porque amanhã é já demasiado tarde». «O povo português exige de nós, políticos, que deixemos de ralhar e lhe demos, finalmente, o pão que precisa e a que tem direito» — acrescentou Cavaco Silva.



SÁBADO EM LISBOA

ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS SOCIAIS DEMOCRATAS

Promovido e organizado pela ANASD (Associação Nacional dos Autarcas Sociais Democratas) realiza-se no próximo sábado, dia 30, a partir das 14 H, na Sala Berlim do Hotel Penta, em Lisboa, um Encontro Nacional de Autarcas do PSD,

destinado aos primeiros candidatos às Câmaras e Assembleias Municipais nas próximas eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

Nesse encontro usarão da palavra Fernando No-

gueira, Vice-Presidente do PSD e Director da Comissão Nacional de Campanha Dias Loureiro, Secretário-Geral do PSD, Francisco Balsemão, Presidente da Mesa do Congresso do PSD, Valente de Oliveira, ex-Presidente da C.C.R.

Norte e Artur Torres Pereira, Presidente do Conselho Directivo da ANASD.

Às 19 horas decorrerá a sessão de encerramento, com uma intervenção do líder do PSD, prof. Cavaco Silva.

MISSAS POR ALMA DE SÁ CARNEIRO

A Comissão Política Nacional manda celebrar missa por alma de Francisco Sá Carneiro e dos seus acompanhantes, no 5.º aniversário da tragédia de Camarate, às 19h15 da próxima quarta-feira, dia 4, em Lisboa, na Igreja dos Salesianos (aos Prazeres).

No mesmo dia às 19h, na Igreja dos Jerónimos, os empresários sociais-democratas mandam celebrar missa com idêntica intenção.

A BATALHA DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Cumprida uma fase decisiva da vida política nacional, com a entrada na plenitude das suas funções e o início da aplicação do seu programa pelo Governo do Prof. Cavaco Silva, abre-se agora para os sociais-democratas uma nova frente de batalha, na sequência da vitória obtida nas eleições legislativas: a das eleições autárquicas.

Sendo o primeiro partido do País no âmbito do Poder Local, como no do Poder Central, o PSD tem merecido a confiança das populações para a gestão dos municípios e freguesias, porque os seus autarcas são cidadãos identificados com os problemas e as preocupações das comunidades que, ao longo da terra portuguesa, com o seu trabalho, o seu esforço e a sua capacidade criadora, vão construindo uma Pátria mais feliz e evoluída, na diversidade das suas regiões, dos seus habitantes, das suas tradições e da sua Cultura multissecular. É colhendo a sua inspiração no exemplo dos militantes sociais-democratas a

quem tem cabido exercer com honestidade, competência e devoção nos seus mandatos que os futuros eleitos vão demonstrar, uma vez mais, que estão à altura das suas responsabilidades.

Mas o sentido de constante renovação que se impõe prosseguir implica que ao lado dos candidatos mais experientes, representando a continuidade, surjam candidatos mais jovens, a vivificar com o seu entusiasmo as listas do PSD, através desse alfofre de valores que é a JSD. O nosso Partido será, nesse aspecto, o que melhor corresponderá à esperança que as actuais gerações depositam na modernização dos quadros políticos, a começar pelas locais.

Uma grande parte das funções que cabem aos autarcas é comum em todo o País: necessidades básicas, infra-estruturas essenciais, resolução de problemas ligados à vida social, educativa e cultural. Mas questões há que são específicas de cada autarquia, seja por razões históricas, seja por circunstâncias

mais recentes. A cada candidato do nosso Partido, bem como a cada candidato independente com ele identificado, caberá encontrar e propor soluções ajustadas ao contexto local, no respeito dos princípios reformistas, dentro de um clima de tolerância e diálogo com eventuais aliados da área democrática.

Nem sempre é fácil, perante as vicissitudes do presente, representar politicamente as comunidades locais. Mas o dever de cada militante é empenhar-se na batalha, para levar aos executivos e assembleias dos concelhos e freguesias a orientação do nosso Partido.

Sob a direcção do Prof. Cavaco Silva, o PSD vai continuar a mostrar, em 15 de Dezembro, que goza da confiança dos portugueses. Confiança nos seus autarcas, como nos seus deputados e no seu Governo. Confiança nas raízes mais profundas do nosso modo de ver como Povo Livre.

J. A. S.



A Economia Social

Jaime Quesado (*)

Muitos Think Tanks têm vindo a fazer uma profunda reflexão à volta das respostas que num contexto de crescente globalização pode e deve haver para a crise. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, as pessoas lançam a questão e perguntam-se se cabe de facto ao Estado o papel de intervenção activa no combate à crise ou se pelo contrário não caberá à Sociedade Civil a tarefa de reinvenção de um novo modelo de criação colectiva de valor centrado na participação e criatividade individual. Num mundo de incertezas, que fronteiras entre a Economia e a Sociedade?

As recentes medidas anunciadas pelo executivo como resposta à crise vieram colocar o dedo na ferida. A gestão de expectativas é hoje fundamental e quando se começaram a agudizar os sinais de falta de controlo na gestão operacional das contas públicas criou-se o imperativo da necessidade da intervenção. O Estado assumiu a condução do processo, para evitar a contaminação do sistema e a geração de riscos sistémicos com consequências incontroláveis, mas as dúvidas mantiveram-se em muitos quanto à existência de soluções alternativas mais condicentes com o funcionamento das regras do mercado. Em muitas das situações a que estamos a assistir o que está em causa é a demonstração de que de facto neste mundo globalizado as elites detentoras da inteligência da gestão do capital perderam por completo o sentido da ética social própria de uma democracia aberta e justa.

O ano de 2012 vai ser particularmente relevante para Portugal. Está em cima da mesa, no contexto da consolidação do processo de integração europeia, a capacidade de o nosso país conseguir efectivamente apresentar um Modelo de Desenvolvimento Estratégico sustentado para o futuro. Da mesma forma que a maior democracia do mundo teve a coragem de eleger Barack Obama e com isso assumir a inevitabilidade do seu processo de reinvenção estratégica, também em Portugal sinais inequívocos de mudança têm que ser dados. Em tempo de crise, os recentes acontecimentos à volta de casos menos claros vieram uma vez mais demonstrar que existe no nosso país uma "minoría silenciosa" que de há anos a esta parte mantém o status quo do sistema paralisado.

As perguntas que as pessoas lançam, a propósito da Intervenção do Estado num contexto de crise em tempo de globalização, correspondem sem dúvida a um sentimento colectivo de uma nova geração que cresceu e amadureceu numa sociedade aberta onde a força das ideias é central para o desenvolvimento da responsabilidade individual num quadro colectivo. A nova geração que ganhou dimensão global através da força dos instrumentos da Sociedade da Informação acredita na felicidade e na justiça humana mas à custa duma adequada aposta na criatividade individual e no reconhecimento do mérito na criação de valor. Por isso, importa que se desenvolvam ideias que apresentem uma solução diferente para os próximos tempos do país.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ALMODÔVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almodôvar, para reunir no próximo dia 28 de Março de 2015, (sábado), pelas 15h30, na sede, sita na Rua Pequeninha, com a seguinte:
Ordem de Trabalhos
1 - Informações
2 - Análise da situação política
3 - Outros assuntos

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2015 (sexta-feira), pelas 21h30 na sede sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 - Análise da situação política actual

LISBOA / AML

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML - Lisboa para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Março, de 2015 (terça - feira), pelas 21h30 no Hotel Sana Lisboa - Av. Fontes Pereira de Melo, nº 8, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 - Informações
2 - Análise da Situação Política

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 27 de Março de 2015 (Sexta-feira), pelas 20h00 no Restaurante "Marina Bar", - Porto de Abrigo, com a seguinte
Ordem de Trabalhos
1.- Jornadas "Mar e Desenvolvimento Económico"

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 26 de Março, de 2015 (quinta feira), pelas 21h30 na sede distrital do Porto, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 - Informações
2 - Análise da Situação Política
3 - Outros assuntos

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ovar, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede sita na Rua Ferreira de Castro, 84 - 1º Esq, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 - Apresentação, discussão e aprovação das contas de 2014
2 - Outros assuntos

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paços de Ferreira, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Março de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede sita na Av. dos Templários, 309 - Dtº, com a seguinte:
Ordem de Trabalhos
1 - Informações gerais
2 - Apresentação e ratificação das contas anuais do Partido a nível da secção - ano de 2014, nos termos da alínea d), nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD e do nº 1 do artigo 20º do Regulamento Financeiro
3 - Apresentação e votação do orçamento do partido a nível da secção - ano de 2015, nos termos da alínea d), nº 2 do artigo 53ª dos Estatutos do PSD
4 - Análise da situação política

RIO DE JANEIRO / BRASIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Rio de Janeiro / Brasil, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2015 (quinta-feira) pelas 18h00, na Casa de Trás-os-Montes e Alto D'Ouro, sita na Av. Melo Matos 15 a 19, Tijuca - Rio de Janeiro, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 - Eleição da Comissão Política e de Mesa da Assembleia de Secção
Notas
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Seia, para reunir no próximo dia 24 de Abril de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Av. 1º de Maio, nº 26 - cave Fracção E com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
Notas
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital da Guarda, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 09 de Abril de 2015 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima Nº 7, - Portela de Sintra, com a seguinte
Ordem de Trabalhos:
1-Informações;
2-Análise da actual situação política.

VALONGO ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2015, (segunda-feira), pelas

21h30, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apresentação e votação das contas de 2014
- 2 - Análise da situação política

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir no próximo dia 26 de Março de 2015, (quinta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua da Praia, nº 63, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Relatório e Contas de 2014
- 2 - Orçamento de 2015

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir no próximo dia 26 de Março de 2015, (quinta-feira), pelas 22h00, na sede, sita na Rua da Praia, nº 63, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política



AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Amares, para reunirem no dia 17 de Abril de 2015, pelas 21h30m, na Sede do PSD Amares, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, em Ferreiros - Amares, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 21h30m e as 23h30m.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da secção de Braga da JSD para reunir no dia 27 de Março de 2015, na sede do PSD de Braga, sita no Largo da Senhora-a-Branca, nº116, pelas 21:30, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política Local/Nacional;
3. Outros assuntos.

CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD das Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2015, (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 18 R/c Dt., em Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Informações;

Ponto 2 - Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio.

Notas: As listas deverão ser entregues, em duplicado, à Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem a possa substituir estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de 3 horas, a saber: 21h - 24h.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Juventude Social Democrata da Secção do Cartaxo, para reunir no dia 27 de Março de 2015, pelas 21 horas, na Rua Serpa Pinto, Lote 3 - 1.º Direito, no Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Análise da Actividade da Comissão Política da JSD Cartaxo;

Ponto Dois - Análise da situação política;

Ponto Três - Outros Assuntos.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Porto de Mós para o dia 18 de Abril de 2015 (Sábado), pelas 18h00m, na Sede do PSD de Porto de Mós, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo, nº 2, em Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD de Porto de Mós.

Notas: As listas deverão ser entregues na Sede do PSD Concelhio de Porto de Mós, que para o efeito se encontrará aberta, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio de Porto de Mós ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00m.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Portimão, para reunir no próximo dia 28 de Março de 2015 (Sábado), pelas 17:00 horas, na Sede do PSD/Portimão, sita na Rua Machado Santos, n.º 17 - R/chão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Informações;

2- Análise das actividades realizadas pela Concelhia da JSD;

3 - Apresentação de Propostas da Concelhia da JSD;

4- Análise da situação política Concelhia, Distrital e Nacional;

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Santo Tirso, para reunirem no dia 18 de Abril de 2015, pelas 16 horas, na Sede do PSD Santo Tirso, sita na Av. Sousa Cruz - Centro Comercial Galáxia, n.º 11 Loja 19, em Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia de Santo Tirso.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 16h00m e as 18 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

+ SAÚDE

Descubra como a saúde melhorou em Portugal. www.psd.pt

MAIS CONSULTAS, ISENÇÕES E HOSPITAIS

Em 2014, realizaram-se mais de **40,6 milhões de consultas**, uma média de **111 mil por dia**. Foram feitos mais de **6,2 milhões de atendimentos urgentes** (16.000/dia) e **658 mil cirurgias** (1.800/dia).

16.000

ATENDIMENTOS URGENTES/DIA

Desde 2011, entraram em funcionamento **7 novos hospitais**, a um ritmo de mais de um novo hospital a cada 6 meses.

Criámos **116 Unidades de Saúde Familiar** e foram abertos **30 novos centros de saúde**.

+ 2 milhões de portugueses isentos de taxas moderadoras: de 4,3 milhões em 2011 para 6,3 milhões.

PAGAMOS AS DÍVIDAS DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Em 2011, com o governo socialista, os hospitais estavam na falência, havia laboratórios a suspender o fornecimento de medicamentos ao SNS e a dívida total ascendia aos €3,2 mil milhões.

Com o actual Governo, a dívida diminuiu mais de 5 vezes e é agora de **somente €620 milhões**.

€3.200

MILHÕES 2011

€620

MILHÕES 2014

PREÇO DOS MEDICAMENTOS DIMINUIU ATÉ 50%

O preço dos medicamentos reduziu-se significativamente desde 2011, nalguns casos mais de 50%. Aumentou o consumo de medicamentos mas a **despesa dos utentes diminuiu em €95 milhões**.

O Registo Nacional de Utentes foi revisto e o **acesso dos utentes ao medicamento foi melhorado**.

+ 13,1 MILHÕES

DE EMBALAGENS DE MEDICAMENTOS

CONTRATAMOS MAIS MÉDICOS E ENFERMEIROS

+ 3.200

MÉDICOS

No início de 2015 havia **mais 3.200 médicos** do que em 2011.

Em 2014 foram **contratados** quase **1.000 enfermeiros** para o SNS. **Para o ano de 2015 prevemos contratar mais 2.000.**

+ 2.000

ENFERMEIROS

Foram abertos 9 concursos nacionais para médicos de família. **Mais 617 mil utentes passaram a ter médico de família.**

+ 617.000

UTENTES COM MÉDICO DE FAMÍLIA

MAIS CAMAS

Até 2014 abriram **1.700 novas camas** para cuidados continuados, com financiamento garantido, ao contrário do que acontecia até 2011.

Está ainda prevista a **abertura de mais 500 camas em 2015**.

O Governo pretende ainda **duplicar o número de camas** em unidades de cuidados paliativos e já foi autorizada a celebração dos Contratos-Programa para **mais 150 camas este ano**.

ABRIRAM

1.700 CAMAS

PARA CUIDADOS CONTINUADOS

MAIS PROGRESSO

1.6 MILHÕES

DE PORTUGUESES VACINADOS CONTRA A GRIPE

Maior vacinação de sempre contra a gripe: **1.6 milhões de Portugueses**. Vacina foi **gratuita para maiores de 65 anos**.

Portugal teve uma **subida significativa no Índice Europeu de Saúde** e está à frente de países como Inglaterra, Espanha e Itália. Também na *HelpAge International*, **Portugal ocupa a 23ª posição em 96 países** no acesso a cuidados de saúde.